

A ópera das três questões

*Enéas de Souza**

Três embaraçantes questões sacudiram e sacodem o Brasil na hora da morte anunciada do primeiro real, porque, sob as trombetas da mídia, um véu enganador cobria a realidade do País. Não há quem não tenha percebido. E, embora as perguntas fossem chegando progressivamente, elas prosperaram como um brilho de sol de verão, deste sol abrasador que chama para o desejo de nudez. É certo, houve desnudamento — e desnudamento frontal.

Três, de inúmeras questões, ficaram rondando a cabeça dos brasileiros, como uma ópera, e Ópera Brasil, onde agora vinha um tenor, logo um barítono e, em seguida, um baixo. De qualquer modo, a música que era alegre passou a sombria e tenebrosa. E ficaram no canto dos atores as insistentes três perguntas a incomodar os espectadores nacionais.

Primeira questão — uma questão de fundo: um projeto de inserção na economia mundial é um projeto nacional que atende a uma política e a uma estratégia nacional? Dita de outra maneira: é o projeto econômico que determina a política nacional ou é a política nacional que define o projeto econômico?

Segunda questão — questão econômica da atualidade: a constituição de uma zona de realização do capital financeiro globalizado (para especulação, aplicações, investimento, comércio de mercadorias e venda de serviços) é uma política econômica que atende a uma política e a um projeto nacionais?

Terceira questão — questão de base: qual é a lealdade de FHC e das forças que o apóiam? É uma lealdade à ampliação da zona de realização de valorização do capital globalizado ou ao desenvolvimento de uma política nacional?

1º Ato: a questão nacional

O desnudamento frontal aposta na exuberância, porque mostra o essencial. O que ficou evidente com a retirada de cena do barítono Gustavo Franco, o sutil, foi que a encenação da sua ária se dava num contexto de uma tessitura dramática pobre. Pois a opção do Governo era a inserção (passiva) na economia mun-

* Economista, Técnico da FEE.

dial, sem que fosse proposto no enredo da ópera o tema central: que projeto de sociedade queremos numa época de globalização?

O compositor da peça operística, nosso Verdi dos trópicos, o citado FHC, sempre frisou: sua obra seria a inserção do Brasil na economia mundial. E articulava esse pensamento com outro, de que essa estratégia seria realizada através de um proveitoso acordo entre os capitais internacionais e o País. Chamava isso de estratégia nacional, querendo dizer que havia na formulação também uma política nacional. Pois o tombo da moeda, caída do alto da torre do Banco Central, trouxe à cena o que estava oculto, agora abusivamente visível para todos: a falta de um projeto de nação. Um projeto que fosse autônomo, um projeto que encarasse a sociedade brasileira como um todo. Um projeto que levasse em conta as forças impressionantes da globalização, norte-americana como diria Galbraith, mas que nessa interação (também confronto) houvesse um projeto de sociedade brasileira.

O que quer dizer um projeto de sociedade brasileira?

Antes de mais nada, um projeto que não fosse somente um projeto econômico; que fosse algo mais amplo. Algo que envolvesse certamente a economia, mas não se reduzisse a ela. É preciso colocar nele cores, luzes, brilho — e sonho. E isso vem de onde? Vem do que queremos com a política, do que queremos com a justiça, do que queremos com as diferenças sociais, do que queremos com a democracia, do que queremos com a ética, do que queremos com as cidades, do que queremos com o campo, do que queremos com a cultura, do que queremos com as comunicações, do que queremos com o meio ambiente, do que queremos com a segurança, do que queremos em termos de riqueza e de miséria, do que queremos com a saúde, do que queremos com a educação, do que queremos com o futuro, inclusive com a previdência da população, etc. E essas ambições não surgem por passe de mágica: faz-se uma base econômica — no caso integração à economia mundial —, e o resto vem. Não. É preciso ter idéias políticas, idéias sociais, idéias da cultura de um povo, para que um projeto de sociedade emerga. Subentende-se, no entanto, que haja divergências, discórdias, combates, que a construção de uma sociedade seja feita com debates, com disputas de poder, com negociações, com luta contra as adversidades humanas, sociais e políticas, com consciência dos nossos meios e das nossas limitações.

Todo mundo sabe que nada é feito sem as complicadas circunstâncias. Nossas condições são problemáticas: somos um país economicamente emergente, vivemos uma época de diminuição da soberania do Estado, nossa sociedade tem um traço de corrupção demasiadamente insistente, o comando político é excessivamente conservador, aceitamos como cultura as banalidades da mídia, da indústria cultural e do turismo simplório, etc. Mas um projeto de sociedade tem que ser construído em cima dessas realidades, a partir de grandes cor-

rentes, de grandes discussões. Isso é que vai permitir a construção concreta de uma política, de um projeto e de uma estratégia nacionais.

Fica estampada a fulgurante diferença: um projeto econômico não é um projeto de sociedade. E, para o gosto da sociedade, é um projeto de sociedade que define um projeto econômico.

2º Ato: a questão econômica

No 2º Ato, a ópera de FHC torna-se melodramática. Pois, logo depois da posse da reeleição, houve a passagem de um modelo econômico para outro. Saímos daquele centrado na âncora cambial para um segundo, organizado em torno de taxas flutuantes de câmbio. Aqui, a intriga da ópera assumiu uma tensão inquietante e densa. A cena da mudança da orientação da política econômica, audácia do libretista, foi feita em tons tenebrosos para a platéia e bufo para os críticos. Por quê?

Nenhuma política econômica é perfeita, a economia é dinâmica e desdobra-se em permanente desequilíbrio. Keynes contava-nos, com a sua sagacidade e experiência, que nela, em todos os momentos, existem forças que levam a sua ascensão e forças que provocam o seu descenso. A economia não tende ao equilíbrio, como pensam certos economistas de manuais norte-americanos. Ela é essa coisa móvel, torcida e retorcida, indisciplinada, fugaz, volúvel, capaz de aceitar regras e planejamentos, mas, permanentemente, rebelde e dotada de laivos de improvisação, que, deixada a si mesma, encontra o caminho da desordem e da desconexão. Assim, faz sentido que o Estado esteja presente, acima dos capitais e dos consumidores, e tente, através da política econômica e seus instrumentos, conduzir o País na direção da realização do projeto econômico estabelecido a partir de uma debatida política nacional.

Essas idéias servem para sustentar que as políticas econômicas se desgastam, que as economias entram em crise e que as mudanças fazem parte do constante jogo econômico.

A mudança brusca da ópera

A questão da Ópera Brasil foi a mudança. O discurso de Gustavo Franco, na transmissão do cargo de presidente do Banco Central, rasgou a cortina do palco e desvendou que o libretista não tinha idéia de como o enredo deveria continuar. Ia escrevendo as cenas na medida em que o tempo dramático exigia. E fez o seguinte: trocou, sem plano nenhum de transição, do "modelo da âncora

cambial” para o “modelo de taxas flutuantes de câmbio”. Ora, essa troca, do jeito que foi feita, foi absolutamente desastrosa. O carro desgovernado saiu da estrada e bateu no barranco da realidade. Passagem terrível, porque deixou o câmbio solto e à saciedade dos especuladores. Não previu que a desvalorização fosse levada muito além dos 30% que se pensava que o dólar estava subvalorizado.

Desastre ocorrido, vários conjuntos de perguntas puderam e podem ser feitas aqui.

O primeiro e mais conservador é o seguinte: por que mudar o “modelo da âncora cambial”? Por causa das reservas e dos ataques especulativos? Por que não havia espaço para o crescimento econômico?

O segundo e prospectivo: “o modelo de taxas flutuantes de câmbio” vai permitir o tão esperado desenvolvimento, com aumento e distribuição de renda, acrescido de expansão do emprego? Como? Pelo êxito de um “*drive exportador*”? E o ajuste fiscal ficará de bom tamanho?

O terceiro e transitivo: numa mudança racional, por que não se pensou em fazer a passagem quando o nível de reservas era conveniente? Não se tinha um nível de alerta? Queria ganhar-se o máximo de legitimidade política em detrimento da precaução econômica?

O quarto e alternativo: por que não fazer uma passagem controlada usando a centralização temporária do câmbio (e deixá-lo flutuar quando já não houvesse mais iminência de desgoverno)?

O quinto e argentino: havia e há chances da implantação do *currency board*? É bom para o Brasil? Será este o objetivo não tão secreto do FMI?

Talvez haja por trás dessas questões uma outra mais profunda e que deve ser respondida prioritariamente: o que nessa mudança o libretista e seus atores permitiram que aparecesse? Ou dito de outra forma: o que estava trabalhando no fundo do cenário e que de repente, neste último verão, apareceu no prosclênio dizendo: aqui há algo que precisa ser examinado. É o que faremos.

A metamorfose da política econômica

A abdicação da questão nacional revela aqui todo o seu sentido. O que emerge para o nosso entendimento é que esse abandono não é apenas uma proposta da Presidência da República. Ela aparece no bojo de forças econômicas e políticas brasileiras, que, diante do fantasma da globalização, preferem, em nome de uma modernização dita exclusiva e irreversível, se aliar àquelas forças que impulsionam à globalização. Como consequência, tentam-se criar um consenso e uma inevitabilidade de ação. Junto vem uma isca para a sociedade

brasileira, que pegou muito bem, e pegou porque sempre foi um desejo da população: a estabilidade de preços. Só que, em nome de salvar o jardim, se traz a planta venenosa.

A conjugação das forças internas e externas que lutam em prol da globalização criaram um processo encadeado, que parte da proposta de inserção da economia brasileira na economia mundial, de forma pura e simples, passiva, sem projeto nacional. Se esse é o primeiro passo, há um segundo, como efeito, a modificação substancial do espaço da política econômica nacional. Antes de mais nada, o citado espaço vem tendo uma presença profunda do FMI, o que, se não chega a ser uma inovação, tem, no entanto, uma novidade: o grau de sua intervenção.

Essa fase da economia brasileira, desde os tempos do pré-real, se ampara num monitoramento muito tenaz. Mas o papel do FMI tem se modificado bastante, principalmente depois da crescente mundialização financeira. Significa que, dada a instabilidade das finanças internacionais e sua exigência de realização diária, instantânea, há necessidade de uma maior estabilidade das economias nacionais. E, sobretudo, porque os mercados financeiros do mundo formam, na verdade, um só mercado. Logo, para dar alguma segurança à enorme volúpia dos capitais que atuam nesses circuitos, há que se tentar construir uma estabilidade das nações. Ou seja, a construção de uma economia nacional apta para que os capitais volúveis pousem e partam, a qualquer momento, sem muito perigo.

Os países avançados, com liderança norte-americana (inclusive em nível de Presidência, dos ministros da área econômica e dos presidentes de bancos centrais), têm procurado, ainda que muito lenta e timidamente, organizar uma política monetária e financeira capaz de coordenar esses aspectos das políticas econômicas nacionais. Isso quer dizer que tenta-se diminuir o grau de instabilidade a que estão sujeitos os países quando hospedam os capitais financeiros, em permanente, e muitas vezes turbulento, trânsito. Dentro desse quadro e com a interligação dos mercados financeiros do mundo inteiro, pode-se compreender o papel mais atual do FMI: buscar tanto dar segurança ao movimento das aplicações e especulações das finanças, quanto reorganizar as nações que foram devastadas pelo efeito desse movimento. Enfim, o cassino, o jogo, o espetáculo precisam continuar, e os aviões da força financeira necessitam de aeroportos seguros e rápidos. *That's it.*

Naturalmente que o FMI não tem papel de Banco Central mundial, nem poderia ter, pois não produz regras para o movimento dos capitais, nem tem recursos para atuar prontamente nas diversas partes do mundo, quando indispensável. É uma instituição cujo objetivo é garantir a liberdade do movimento do capital — e não seu controle —, visando, com isso, à segurança deste e à ordem das nações. Isso quer dizer: ele tem presença cada vez mais aguda, por-

que tenta oferecer a mais segura aplicação financeira para todos os capitais com a mais ampla liberdade do comércio externo e a mais extensa possibilidade do investimento direto. A primeira função, dada a amplitude das turbulências, tem revelado os seus limites. Mas tem revelado suas idiossincrasias e suas insistências. E, no Brasil, ele tem insistido. O FMI é uma instituição das finanças mundiais, um anjo da guarda dos capitais globalizados, inscrevendo-se no comando das políticas econômicas dos Estados nacionais, sobretudo emergentes.

A presença do FMI caracteriza-se, portanto, por provocar uma transformação profunda, uma metamorfose qualitativa no comando da economia brasileira, já que o País, deixando de lado a política nacional, permitiu que ele tivesse uma participação decisiva na definição estratégica da política econômica. E essa definição é sempre no interesse daquela liberdade que falávamos acima. De um lado, dada essa falta de uma política nacional, o que importa, então, é a estabilidade da economia. De outro lado, para alcançar tal objetivo, o fundamental é reduzir a política econômica em política monetária, financeira, cambial e fiscal, pondo à margem uma política industrial, uma política agrícola, uma política tecnológica, uma política de emprego, etc. Esses pontos marcam uma preocupação constante com o curto prazo — logo, que o curto prazo organize a economia! Isso é o que é fazer economia política em favor dos capitais globalizados (onde predominam as finanças internacionais).

No Brasil, o libretista da ópera e seus apoiadores têm aceito que este personagem, o FMI, faça o que acima descrevemos. E o FMI tem tomado um papel incrivelmente ativo. Pois tudo isso fez parte do nu frontal de que falávamos no início do texto. A vinda e a canção de Mr. Fischer mostrou tudo: quem comandou a implantação e a estratégia do “modelo de taxas flutuantes de câmbio” depois da “barberagem” da mudança do “modelo da âncora cambial”.

A menção desses modelos comprova a idéia da renúncia de um projeto de país na ausência de uma política nacional; comprova a idéia da redução da política econômica a uma política monetária, financeira, cambial e fiscal; comprova a idéia de uma política que contemple a prioridade absoluta do curto prazo em detrimento do longo; e comprova a idéia de um papel cada vez mais profundo do FMI na organização da economia brasileira.

Para que servem os modelos

O movimento do capital globalizado aparece sob três formas: (a) aplicações financeiras e especulações; (b) investimento direto; e (c) venda de mercadorias e serviços. Se a prioridade é a liberdade do capital, a Ópera Brasil tem de se organizar para tal. E tem que se organizar segundo o comportamento desse

personagem, o capital globalizado, que é como essas flores de apartamento que são penduradas no teto. Ou seja, o solo é o último lugar para elas estarem. Nesse sentido, vem primeiro o capital aplicado nas finanças, seguido do batalhão de mercadorias e de alguma prestação de serviços. O capital especulativo tem um papel-chave: verifica se os fundamentos econômicos estão bem concertados e se a economia hospedeira resiste à intensidade e à rapidez dos seus movimentos. Só depois de um bom tempo, depois que o teste da especulação e das aplicações nos mercados financeiros e na Bolsa foram considerados satisfatórios, é que, cautelosamente, chegam, demandando incentivos, isenções e obras de infra-estrutura, os capitais investidos na produção.

Dessa forma, fica claro como se constroem as cenas da Ópera Brasil. O roteiro passa pelo encadeamento de modelos de curto prazo, porque a dominância e a prioridade se concentram nas finanças, e nem a produção é central, como pensa Celso Lafer, nem está em primeiro lugar. O fundamental é a realização de renda através de ativos financeiros e monetários. Se houver possibilidade de investimento produtivo, muito que bem; se não, é preciso aguardar as condições para o caso.

Isso quer dizer que o curto prazo, e nele o financeiro, domina, exigindo uma conexão ajustada para cada etapa entre as variáveis da moeda (obviamente, olhando-se para os preços das mercadorias), da taxa de juros, do câmbio e dos impostos. Ou seja, o investimento não é o ponto básico desses modelos, o que configura um abandono, uma desconsideração, ou uma dependência do longo prazo. Quem sabe até de decadência. Vemos, então, por que o desemprego se agranda e o emprego não tem nenhuma abordagem específica. Como o essencial é manter a economia para o movimento do curto prazo e como a instabilidade faz parte do mundo financeiro, todo o cuidado com a moeda, com a taxa de juros e com o câmbio é pouco. É pouco, mas é dramático, porque a desregulagem faz parte intrínseca do sistema. Ela está ali sempre, diariamente, causando preocupação, quase satânico. E, naturalmente, o momento decisivo para um desenvolvimento, o momento de vocacionar e voltar a economia para a produção, demora, e demora muito. No caso brasileiro, só para se ter uma idéia, passou-se o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso sem que se conseguisse prepará-la para a onda de investimentos que faz uma economia se desenvolver e não apenas, eventualmente, retomar a produção. Por isso, os brasileiros, sobretudo os desempregados e os que estão com o emprego ameaçado, parodiando o outro Fernando, o Pessoa, muitas vezes sentem que têm uma economia do desassossego.

A falta de articulação entre o curto e o longo prazo

A atual dinâmica econômica, como estamos vendo, parte de uma dinâmica das finanças. E, por isso, o Estado, que visa simplesmente integrar-se à globalização, tem que se organizar, antes de tudo, como uma entidade financeira — e não política. E como o Estado é, enfim e apesar de tudo, um ente político, é preciso fazer nele uma cirurgia, como já o fizeram os irmãos maiores, os países avançados, no tocante ao controle monetário e financeiro. Esses modelos de curto prazo requerem uma enorme sintonia fina. Pudemos ver na gestão de Gustavo Franco no Banco Central. O que se torna necessário agora é desvincular o Banco do Governo, para que, na sua independência, sem ingêrências políticas, possa controlar toda essa movimentação de imediato. Com isso, numa economia que líricamente chamam de emergente, reduzir-se ao curto prazo é o último momento na desqualificação de um projeto desenvolvimentista para uma nação. (A ironia da hora presente é que um autor desenvolvimentista faça o funeral concreto da teoria do desenvolvimento).

Com o Bacen autônomo, ele passa a disputar, nas honras do Estado, um lugar mais importante do que o Ministério da Fazenda. É ele quem vai gerir esse tão privilegiado curto prazo, e, portanto, essa economia. Do mesmo modo que terá que ter mais tempo e dar mais explicações ao FMI e a sua política. Qual é essa política? É a constituição de uma zona de realização, instantânea em primeiro lugar, para o capital globalizado. E nada melhor para as instituições financeiro-econômicas que o Banco Central seja independente e que o Estado se organize prioritariamente como entidade financeira (daí a importância decisiva da reforma fiscal). Com isso, a concentração sobre a estabilidade de curto prazo assume todo o seu sentido. (Ainda mais que a população, como se fosse um coro, comprou a idéia de que a estabilidade não é apenas um valor econômico, mas um valor político e social. E isso continua valendo, apesar do desastre pós-reeleição de FHC. Lembrando o slogan de uma televisão: a população tem um caso de amor com a estabilidade).

E o longo prazo, como é que fica? Para que o longo prazo se estabeleça, é preciso uma política nacional, um projeto de desenvolvimento e uma dinâmica centrada no investimento produtivo. Essa avenida, no passado, começava com o Estado tomando a iniciativa e organizando como líder uma onda de investimentos. Depois do capital estatal, vinham o capital estrangeiro e o capital nacional. Agora, as coisas estão diferentes, não há uma decisão de Estado que faça a economia saudavelmente avançar. Naquela época, o longo prazo é quem organizava o curto. Hoje, não. Só existe este, e o longo prazo está sem articulação com ele. Portanto, dependerá das decisões de investir das empresas, e, cada vez mais, das empresas multinacionais, para que haja política industrial. Constatamos, assim, a desconjunção entre os dois prazos, como se não houvesse

uma ponte, um enlace entre eles. A política industrial começa definitivamente nas decisões de investimento das empresas. E dependerá das alternativas, da sinergia dos diversos investimentos e, naturalmente, da lucratividade esperada. A política industrial anda de braços com os conglomerados e com os volteios do acaso. Isso sem esquecer a pouca importância que se tem dado à pesquisa tecnológica nas empresas nacionais.

Olhando com certa apreensão o panorama brasileiro, podemos ver que a questão do longo prazo da economia brasileira é terrível, porque o Governo, optando em usar o Estado na segurança dos movimentos monetários, financeiros e cambiais, renuncia a lançar-se na construção de uma política de produção e emprego. Assim, a liderança dos investimentos terá de partir do investimento estrangeiro, sobre o qual não temos nenhum poder. E com a renda caindo, as potencialidades do nosso mercado tornam-se menores e insuficientes. Podemos ver, é claro, que temos uma fratura, um hiato, uma elipse entre o curto e o longo prazo e que a medicina terapêutica do Governo pensa em curar a doença com remédios, para garantir o sucesso do financeiro e da estabilidade. O resto, espera-se que alguma mágica possa dar uma alegre surpresa.

A troca derrapante dos modelos de curto prazo

O modelo da âncora cambial

Vivemos recentemente a passagem de um modelo de curto prazo para outro, daquele da âncora cambial para o das taxas flutuantes de câmbio. Ora, o primeiro, conjugando a já famosa abertura comercial do Governo Collor com uma ampliação da abertura financeira, iniciada por Arminio Fraga como Diretor de Relações Internacionais do Bacen (também no Governo Collor), o modelo da âncora cambial, proporcionou uma forte estabilidade de preços. Consolidando a moeda, o movimento especulativo e as aplicações financeiras aportaram imensas somas de capitais e articularam o nosso mercado com o mundial. E, de outro lado, serviram para sustentar as importações e os déficits das transações correntes, além de cumprirem o papel de reservas para atender à demanda de conversão do real em dólar. Assim, via duas aberturas, comercial e financeira, trouxemos a instabilidade financeira internacional para dentro da nossa casa. Os problemas do México, da Ásia e da Rússia estavam lá e ameaçavam aqui. Por duas vezes, o Brasil conseguiu evitar danos maiores, e a ruptura definitiva do nosso modelo de curto prazo transferia-se para a próxima vez. Tínhamos feito uma programação substancial de reservas e estávamos vitaminados, fortes, robustos com o que tínhamos canalizado.

Especulação que vem e que vai, instabilidade crescente da economia financeira mundial, não tinha feito ainda nenhuma avaria maior no nosso barco. Mas ele ia se corroendo por dentro, o casco estava bem, mas a casa de máquinas estava a ponto de explodir. Faltavam reservas; botamos, então, umas privatizações para compensar. E, de repente, nós que andávamos de óculos escuros, vimos, tirando os mesmos, todo o dinheiro das empresas estatais privatizadas serem jogadas no porão do navio para calafetar o enorme buraco da fuga de capitais. Não haveria taxa de juros que servisse para mantê-los aqui. A crise da Rússia foi o estopim, e o ataque especulativo alimentava-se gulosamente de nossas reservas.

Diante das cenas criadas, diante da evolução da ópera, o libretista assustou-se. Angustiado, sem plano, pensou que agir rápido e eficientemente era agir sem roteiro, e escreveu uma cena desastrosa, onde ele mesmo personagem acabou por tomar decisões sem nenhuma consistência. Mudou o presidente do Banco Central duas vezes e, com isso, deixou que o dólar se soltasse com uma fúria sem par (o famoso *overshooting*) e, perplexo, viu a sua liderança no Mercosul ser contestada pelos temerosos, e quase raivosos, argentinos, que propunham, vendo somente as suas aspirações, o *currency board*.

Apesar de ser modelo de curto prazo, o "modelo da âncora cambial" fez uma razia na estrutura improdutiva do País, pois as importações acabaram com as empresas ineficientes. Teve que haver uma metamorfose na produtividade empresarial. Só que a pretensão desse modelo de curto prazo era que se tornasse um de longo prazo. Primeiro, que o investimento estrangeiro aportasse aqui com sede e projetos. É verdade, no terceiro ano do Governo FHC chegou alguma coisa, mas não o suficiente para provocar um desenvolvimento sustentado. Segundo, a expectativa era a de que, ao longo da trajetória do aumento de produtividade, as empresas nacionais, junto com as multinacionais, pudessem reverter inclusive o comércio externo e alterar, substancialmente, as transações correntes. Esse é um sonho composto de excessiva fantasia. A crise do "modelo da âncora cambial", sonho de glória de Gustavo Franco, sonho de uma noite de verão, derrapou pela mão de FHC. (Será que havia, nesse gesto, a esperteza do velho desenvolvimentista achando que a desvalorização cambial ia levar ao desenvolvimento pela via da exportação?)

O modelo de taxas flutuantes de câmbio

A pressão sobre o real, uma pressão grave, febril e intensa, levou-o a uma derrapagem quase escandalosa. Veio com ela, como um rio caudaloso, uma desvalorização agressiva e sanguinária, cujo resultado foi a insuportabilidade da situação. A opção escolhida e sempre recomendada pelo FMI para deter esse grau do insuportável fazia com que a taxa de câmbio fosse livre, permitindo que

a nossa moeda flutuasse ao sabor do mercado. Porém a questão primeira continuava a mesma do outro modelo: a necessidade de estabilizar preços. Sem um sistema de preços conveniente, a ameaça da inflação tornaria a aparecer. E aí toda a experiência anterior teria sido quase inútil para a economia brasileira. Ao mesmo tempo, numa situação de descontrole de preços, a presença do capital globalizado tornar-se-ia novamente difícil, pois, como diz Roberto Campos, ele é covarde, se assusta e foge de qualquer ameaça.

Para evitar a impulsão inflacionária e, portanto, deter preços, duas coisas seriam usadas como instrumentos no início e na continuação desse modelo de curto prazo: a taxa de juros e a recessão. A primeira para encarecer o crédito, forçar a liberação dos estoques, promover a venda da produção a preços acessíveis e atrair, com esse biscoito delicioso, aplicações financeiras. A segunda, sendo inevitável, serve para afetar o emprego, diminuir a renda e alterar o consumo. Tudo para o bem, tudo para conter as inevitáveis pressões da mudança de preços, tanto do seu nível quanto do seu sistema relativo, já que a importação foi profundamente afetada com o encarecimento do dólar. Com isso, o modelo de curto prazo estaria novamente ajeitado para um novo movimento das finanças, vindo primeiro as aplicações financeiras, depois o capital aplicado no comércio externo (agora no sentido das exportações) e, finalmente, depois de testada a resistência dessa construção modelística, viriam os investimentos produtivos, que se escondeu mais do que dama medieval.

A possibilidade de reorganização da produção no caminho da exportação certamente empolgou o Governo. Viam que, sem muito esforço, talvez alguma linha de crédito sem valores exagerados pudesse fazer com que certos setores da indústria e da agricultura retomassem e ampliassem as suas atividades. No cômputo geral, provavelmente muitas empresas só alterarão o *mix* produtivo, exportando agora o que produziam antes para o mercado interno. Isso por causa dos efeitos da recessão. No entanto é certo que, na agricultura, a resposta será vigorosa. De qualquer modo, o conjunto dos negócios terá conteúdo depressivo, já que a prioridade ficará sempre na busca da estabilidade de preços. (É importante ver que o câmbio desvalorizado não será um grande incentivador de novos ganhos de produtividade).

Como vemos, o modelo presente continua a atender à dinâmica financeira e a esperar que uma onda de investimentos venha do capital globalizado, embora alguma coisa possa provir das exigências da exportação. Com a recessão batendo à porta e assustando as empresas, não haverá condições da retomada dos empregos. E como o investimento internacional só chegará bem mais tarde, a expectativa para 1999 é conturbada e sombria. Embora as finanças possam melhorar no decorrer do ano e atingir momentos felizes, o lado produtivo estará sem muita reação. No entanto a grande ameaça ao funcionamento desse

modelo está nas contas públicas, uma vez que tanto a dívida interna quanto a externa estarão pedindo passagem, o que leva à necessidade de uma bela e criteriosa reforma fiscal: negociada, equilibrada, justa e duradoura. Ou será mais um ajuste fiscal de ocasião?

Entreato: a derrapagem

Nosso objetivo foi trabalhar a idéia de que a política econômica concentra-se na moeda, nas finanças, no câmbio e na tributação é uma política econômica reduzida. Mas, como uma roleta da sorte, ela está sempre girando e fazendo alguns aplicadores terem um grau de satisfação aceitável, e, por essa razão, o Governo está sempre tentando que o círculo virtuoso não descambe para o círculo vicioso, já que a tendência da área financeira é a sua propensão a se desregular, a tornar-se instável e, dada a interligação dos sistemas financeiros, a estar sempre como uma bomba na iminência de explodir. Cria-se a cada dia algo que coloca a derrapagem como uma possibilidade. E esses modelos de curto prazo são incríveis, porque não promovem o longo, mas, quando se desorganizam, levam o anterior e já constituído longo prazo para um certo desmoroamento, para o precipício, principalmente quando trazem, numa caixa bem guardada, a mola oculta e negativa da recessão.

Dissemos no item **A mudança brusca da ópera** que um conjunto de perguntas puderam e podem ser feitas sobre o desastre ocorrido. Desastre oriundo dessa derrapagem. Terá já o leitor atento encontrado idéias e soluções para esse conjunto de perguntas no nosso próprio texto. Cabe, no entanto, dizer algo ainda sobre três pontos.

Começemos com o fator político, a necessidade de FHC reeleger-se. Qualquer possível planejamento (nível de alerta para as reservas, encaminhamento e momento da desvalorização, articulação com entidades internacionais, rapidez e eficácia de medidas, etc.) esbarrou sempre na necessidade de adiá-lo, disfarçá-lo, postergá-lo; o objetivo foi sempre manter a legitimação eleitoral de uma estabilidade posta duas vezes à prova e sempre sustentada. Na terceira, o Governo não resistiu, entregou a bolsa, depois de ter salvo a sua vida, a reeleição.

O segundo ponto: o descarte da centralização do câmbio, inclusive como medida temporária. Trata-se de uma recusa sintomática. Pois houve certamente o temor de uma ameaça do FMI, de uma recusa de empréstimos futuros, já que a centralização é contra as idéias daquele órgão internacional, porque ela afeta a liberdade do capital globalizado, impedindo que as massas especulativas possam se mover voluntariamente. Entre fazer uma passagem que mantivesse o País no controle da situação ou permitir que a especulação aproveitasse até o último instante a rentabilidade de um ativo, preferiu-se essa nobre proteção.

O terceiro ponto é o caso do *currency board*. Os argentinos, tendo sofrido um desastre por carambola, lançaram uma ofensiva, inclusive em foros internacionais, para estender esse regime monetário a todo o Mercosul. Obviamente que, para o Brasil, não interessava, porque o *currency board*, seja por rigidez da sua paridade, seja por ser estruturalmente com tendência à recessão, seja por ser demasiado bloqueante para o setor público, engessaria excessivamente a economia brasileira. Momento de dueto tenso na Ópera Brasil. Embora, quem sabe, para a gerência do FMI, essa questão fosse um atrativo: não só monitoraria o Brasil, mas todo o Mercosul, numa única visão supervisionadora.

3º Ato: o retorno da questão nacional

O libretista tropical segue uma inspiração que não é sua. E o que poderia fazer deixou de lado. E deixou de lado porque nunca teve política nacional, já que a inserção da economia brasileira na economia mundial não é política nacional, é fato econômico. Abdicou de ser maestro, de conduzir a execução da ópera, deixando o ativo pela posição passiva. Dir-se-á que são novos tempos — e são. Mas os novos tempos não isentam o predomínio da política sobre a economia, mesmo considerando um triunfo da globalização sobre as nações, que é um longo processo em andamento. Essa vitória não é como algo já feito e dado definitivamente. Há uma vasta trajetória a ser percorrida. Mesmo aceitando a tese exposta, há um toque de politicamente inaceitável: a abdicação das questões sociais em seu sentido amplo — educação, saúde, previdência, qualidade de vida, desenvolvimento das expressões culturais, etc. E tudo porque o ocultamento da política foi completo, a economia passou a ser critério de tudo, desde as finanças até a cultura e o lazer. Nunca se teve um divórcio tão grande entre a política (hoje subordinada ao domínio excessivo da economia) e os interesses da população e os interesses nacionais.

(Naturalmente que as hostes do Governo, num possível e imaginário diálogo, argumentariam que essa é a sua política, a da predominância do valor econômico sobre os demais valores. A sua política econômica se constituir-se-ia, então, numa economia política do financeiro. Repetindo, e concluindo: em todas as dimensões, predomina o valor econômico sobre tudo).

Nessa altura, ouvindo a música dessa ópera, absorvendo o enredo do libreto, a platéia pergunta: qual é a crença do libretista? Quais os termos na qual se apóia?

A primeira constatação: o Brasil tem que se armar para ser uma zona de valorização do capital globalizado, dado o comando das finanças.

A segunda: a dinâmica industrial só se dará através da soma dos investimentos das multinacionais. A política de investimentos não é nacional, é das empresas. Ausência de política de longo prazo.

A terceira: a política econômica do Governo fica reduzida à política monetária-financeira-cambial-fiscal. Logo, política de curto prazo.

A quarta: o Estado fica cindido — é uma entidade financeira (organizada, prioritariamente, para o adequado funcionamento da zona de valorização do capital globalizado) e uma entidade política, cuja base é a democracia.

A quinta: não existem áreas onde o capital não possa entrar.

A sexta: a política econômica atende à orientação do FMI.

A sétima: as demais questões — nacionais, sociais, culturais, políticas — ficam determinadas pela economia. Liberdade do capital, democracia formal, em verdade. Somente consenso, nunca crítica.

Diante dessas constatações, pode-se encontrar a lealdade concreta, por atos políticos e econômicos, da Presidência e seus apoiadores (com divergências até agora superficiais). Talvez a má condução na passagem dos modelos possa criar um certo mal-estar, uma contradição entre a Presidência e os grupos que a apóiam). A Ópera Brasil continua, e o libretista e seus apoiadores estão sempre atilados, ajudados pela mídia, em busca do consenso e na tentativa de criar o silêncio da crítica (os “fracassomaníacos”, os “neobobos”, etc.) Não se dá ouvidos às divergências. Os apoiadores da atual política econômica contraída e da ausência de uma política nacional visam penetrar no seleto mundo do capital globalizado, nem que seja como participante associado e minoritário. Frisemos: a ausência de política nacional está sustentada na percepção de que a mundialização é irreversível — e irreversível desse jeito. Não temos nenhuma força para nos integrarmos diferentemente nela. Por essa razão, desiste-se da própria ópera e faz-se a ópera do capital globalizado. Esquecem-se uma política e um projeto nacionais, esquece-se que temos uma história. O terrível é que se perdeu até o senso da nuance. Sim, a tendência à globalização é um fato, mas atuar nessa trajetória passivamente e sem compromissos sociais e culturais com a população é sair pelo mais fácil: a construção do nosso destino pelos outros. A clareza é a gentileza do artista, e essa clareza está nas árias, nos duetos, nas canções e no coro dessa Ópera das Três Questões.